

Helena Carreiras

Ministra da Defesa Nacional

Intervenção da Ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras, por ocasião do encerramento de uma ação de sensibilização sobre o Regime Geral de Prevenção da Corrupção, promovida pela Inspeção-Geral da Defesa Nacional.

Academia Militar, Amadora, 29 de junho de 2023

Começo por saudar o Senhor Inspetor-Geral da Defesa Nacional, Dr. José Leite Martins, agradecendo o convite que me foi endereçado para encerrar esta ação de sensibilização sobre o Regime Geral de Prevenção da Corrupção e felicitando-o por esta iniciativa.

Esta atividade decorre do repto que lancei em janeiro à IGDN para que promovesse um conjunto de ações de sensibilização e prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, dirigidas a todos os serviços e organismos que integram o Ministério da Defesa Nacional.

A corrupção não é um fenómeno novo e as suas consequências são sistémicas. Os efeitos nefastos causados pela corrupção no Estado de Direito, nas nossas instituições, e na confiança dos

cidadãos tornam fundamental a criação e implementação de ferramentas eficazes, capazes de impedir a corrupção. A luta contra a corrupção exige uma mudança de mentalidades e de comportamentos, porque uma sociedade só muda quando os indivíduos que a compõem mudam. Com efeito, a prevenção da corrupção é uma responsabilidade prioritária para o Governo e para o meu mandato.

Neste domínio, para além do reforço dos meios à disposição das instituições de investigação criminal no combate à corrupção e à criminalidade económico-financeira, importa assumir que a dimensão preventiva é crucial. Para tal, o Governo definiu um conjunto de ações articuladas e integradas, tendentes a permitir ao Estado agir a montante do fenómeno, assim reduzindo o espaço da necessidade de reação penal.

É justamente neste contexto que ações como a que hoje se realizou na Academia Militar são tão importantes. A sensibilização e a formação, quer dos cidadãos em geral, quer dos agentes da Administração Pública em particular – incluindo os da Defesa Nacional aqui presentes – são instrumentos vitais que permitem reforçar a capacidade de resposta do Estado e os mecanismos de transparência na ação pública.

A implementação de medidas direcionadas para o aumento da transparência, da integridade e da responsabilização, enquanto valores inalienáveis de uma cultura partilhada por todos, constituem, por isso, uma prioridade. Estou certa de que estes são também valores comuns a todos os que integram o Ministério da Defesa Nacional, onde deveremos prosseguir uma política de tolerância zero em relação à corrupção.

Foi com este propósito que solicitei ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, aos Chefes dos Estados-Maiores dos Ramos e aos Dirigentes dos serviços e organismos deste Ministério que promovessem a execução de um conjunto muito importante de ações no âmbito da prevenção da corrupção.

Em particular, gostaria de destacar as ações previstas no Regime Geral da Prevenção da Corrupção e no Regime Geral de Proteção de Denunciantes e Infrações, dois diplomas que concretizam a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção 2020-2024. Ambos estabelecem um conjunto de obrigações neste domínio – tais como a criação, ou revisão, de um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, a criação de um Código de Conduta, a adoção de planos de formação internos sobre esta temática, bem como a criação de

um canal de denúncias e a designação de responsáveis pelo cumprimento destas medidas.

Nesta senda, o Ministério veio reforçar estas ações nos últimos meses, chamando a atenção para as obrigações decorrentes destas novas ferramentas junto dos seus serviços e de outras entidades do universo da Defesa Nacional. Este trabalho visou fomentar uma melhoria dos mecanismos de apresentação e seguimento de denúncias, proteção de denunciantes e ação sancionatória, não esquecendo, igualmente, o robustecimento dos mecanismos de publicitação e de reporte regular à tutela, aos serviços de inspeção, ao Mecanismo Nacional de Anticorrupção e à Assembleia da República.

Destaco, ainda, a criação de um canal *multi-instância* de denúncia, através do qual são centralizadas todas as denúncias

dirigidas a este Ministério no âmbito do Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações.

Todos estes diferentes esforços facilitarão um funcionamento mais rigoroso e mais transparente do universo da Defesa, enriquecendo a capacidade de ação desta área governativa.

Minhas senhoras e meus senhores,

A luta contra a corrupção é um desafio e uma responsabilidade fundamental que passa por garantir mecanismos de prevenção e de combate eficazes, que contribuam para uma sociedade mais justa, mais transparente e mais democrática. A luta contra a corrupção desempenha, assim, um papel vital para garantir instituições mais resilientes e para o esforço de legitimação da Defesa Nacional.

É por isso que nos encontramos comprometidos em fomentar uma colaboração estreita entre as diferentes entidades da Defesa Nacional que permitirá levar esta área governativa a um novo patamar de envolvimento com a sociedade portuguesa, como compete a uma política de soberania nacional.

A força de uma instituição depende, em grande medida, do comportamento individual dos seus membros e, nesse sentido, temos, todos e todas, obrigações claras. Por um lado, a obrigação de comportamento legalmente correto, que a sociedade tem o direito de exigir a todos os cidadãos. E, por outro, a obrigação de uma postura eticamente irrepreensível, que a sociedade espera da Defesa Nacional, e que a Defesa Nacional exige a si própria.

Para esse objetivo, continuaremos a contar com a IGDN para desempenhar um importante papel inspetivo, preventivo e pedagógico, promovendo a transparência no seio da comunidade que contribui ativamente para a formulação de políticas públicas neste domínio.

Muito obrigada.